

Ceará crê em alta da arrecadação

Janary Júnior
de Fortaleza

O governo do Ceará não acredita que a retração da economia vai prejudicar a arrecadação de impostos. A proposta orçamentária para 1999, encaminhada à Assembléia Legislativa no dia 15, prevê que a receita corrente — basicamente tributos e repasses federais — deverá crescer 6,2% em relação a este ano. A estimativa é de que o Tesouro estadual receba R\$ 2,61 bilhões entre impostos como o ICMS e repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Só com ICMS o governo espera arrecadar R\$ 1,33 bilhão em 1999, crescimento de 8,2% sobre 1998. O aumento deve-se sobretudo ao esforço arrecadador. Com IPVA, o ganho estimado é de 6,6%.

Para a secretária do Planejamento, Mônica Clark, a previsão de aumento da arrecadação está baseada no crescimento do PIB cearense, estimado em 3% na proposta orçamentária. Segundo Clark, o produto interno estadual tem crescido, em média, 5% ao ano na década.

O orçamento estadual para o próximo ano é de R\$ 4,16 bilhões, valor 11,6% abaixo do verificado este ano, que foi de R\$ 4,708 bilhões. A diferença a favor de 1998 leva em conta a receita de privatização da Coelce (R\$ 1,026 bilhão), leiloada em abril, segundo o diretor de Orçamento, Carlos Eduardo Pires Sobreira. Cerca de 95% do valor do orçamento deste ano já foi utilizado. O Estado não precisou de verba suplementar e o gasto com folha de pessoal deve fechar o ano em 57% da receita corrente.

A proposta de Orçamento prevê gastos de R\$ 1,23 bilhão com a folha salarial, um aumento nominal de 4% em relação a este ano. O valor equivale a 56% da receita corrente líquida. Não há previsão de reajuste salarial para 1999.

Alguns setores sofreram cortes significativos. Uma das principais economias será feita no custeio da máquina administrativa. Nesse caso, o governo estadual quer reduzir os gastos em 10,1%.

Por causa dos cortes federais, o orçamento pode ser revisto. "Se a receita com impostos não se processar, o governo terá que fazer cortes no orçamento", garante o deputado estadual Mauro Benevides Filho (PPS), especialista em orçamento público e presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia. Pires Sobreira disse que o governo ainda não determinou onde serão feitos os cortes, caso seja necessário.